



CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade

Mensagem nº 007/2015



**Prefeitura Municipal
de Cordeirópolis**
Paço Municipal "Antonio Thirion"

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Protocolo Nº
0473/2015

Data **14/04/2015**

Hora **15:35:00**

Remetente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Assunto: Mensagem nº 7/2015 encaminhando
Projeto de Lei nº 12/2015

Cordeirópolis, 14 de abril de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente



Tem o presente, o objetivo de submeter ao crivo abalizador dessa pujante **Casa Legislativa**, através de seus exponenciais Legisladores Municipais, o incluso Projeto de Lei, que autoriza a abertura de crédito adicional especial, conforme especifica.

O assunto açambarcado pelo referendado Projeto é de alto teor social, uma vez que o **Poder Executivo Municipal**, pretende após a aprovação da presente propositura de Lei, liberar recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo que esses recursos são liberados diretamente pelo **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, mediante aprovação de projeto específico apresentado pelas Entidades do Município, como a Patrulha Mirim de Cordeirópolis, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, **Associação Amigos do Projeto Guri**, etc, que estão perfeitamente sintonizadas com a sociedade cordeiopopolense, onde são prestados serviços essenciais a população.

Portanto, **Senhores Vereadores**, como se vê, trata-se de um inquestionável auxílio a Entidades, que diariamente e ininterruptamente prestam serviços junto a comunidade cordeiopopolense, e nossa proposta visa repetir uma rota de exercícios anteriores.

Não é demais ressaltar a **Vossas Excelências**, o desempenho e o valor do trabalho cário que as Entidades prestam a população, pois são atividades distintas mas que envolvem toda a sociedade cordeiopopolense.

continua



CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade



Prefeitura Municipal
de Cordeirópolis
Paço Municipal "Antonio Thirion"



Mensagem nº 007/2015

continuação

fs. 02

Tratando-se de matéria de relevante interesse público, cada a sua natureza, finalidade e objetivo, contamos com o necessário e irrestrito apoio dos **Nobres Vereadores** dessa **Augusta Casa Legislativa**, no sentido de sua plena aprovação o mais **"urgente possível"**.

Indispensável é pois, Sr. **Presidente**, a convocação dos **Nobres Vereadores** para deliberarem sobre o **Projeto** com a urgência necessária, tudo de conformidade com o artigo 53 e parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis – LOMC.

Certo de que **Vossa Excelência** e demais pares desta Egrégia **Casa de Leis**, saberão aquilatar a importância deste projeto, ficamos no aguardo de sua judiciosa manifestação e aproveitamos a oportunidade para incrustar ao ensejo nossos protestos de consideração e real apreço.

Atenciosamente,

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Ao
Exmo Senhor
David Bertanha
Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis.



CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade



Prefeitura Municipal
de Cordeirópolis

Paço Municipal "Antonio Thirion"



Projeto de Lei nº 12, de 14 de abril de 2015.

Autoriza a abertura de crédito adicional especial, conforme especifica.

Amarildo Antonio Zorzo – Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º - Fica o **Poder Executivo** autorizado a abrir por decreto um crédito adicional especial no valor de R\$ 237.296,33 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos), com a seguinte classificação:

Classificação				Valor
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	
03.03.00	3.3.90.39.00	08 243 0332 - 2073	96	237.296,33
Total.....				237.296,33

Art. 2º - O crédito especial especificado no artigo anterior, destinar-se-á repasse do **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordeirópolis**.

Parágrafo Único - A liberação dos créditos do **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** são liberados diretamente pelo **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, mediante aprovação de projeto específico.

Art. 3º – O crédito adicional especial de que se trata o artigo 1º será coberto com recurso proveniente de anulação total da seguinte dotação:

Classificação				Valor
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	
03.03.00	4.4.90.52.00	08 243 0332 - 2073	96	237.296,33
Total.....				237.296,33

continua



CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade

P.L. nº



**Prefeitura Municipal
de Cordeirópolis**
Paço Municipal "Antonio Thirion"



continuação

fls. 02

Art. 4º - Fica incluído no PPA 2014/2017 aprovado pela Lei Municipal nº 2.902, de 16 de julho de 2013 e na LDO aprovada pela Lei Municipal nº 2.951, de 28 de julho de 2014; e, na LOA 2014, aprovada pela Lei nº 2.969, de 09 de dezembro de 2014, a despesa autorizada pela presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos de abril de 2015, 117 do Distrito e 68 do Município.

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito do Município de Cordeirópolis



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



PARECER JURÍDICO

Autor: Poder Executivo

Projeto de Lei n.º 12, de 14 de abril de 2015

Assunto: Autoriza a abertura de crédito adicional especial, conforme especifica e dá outras providências.

Pretende o Sr. Prefeito Municipal, com o presente projeto de lei, autorização para abertura de crédito adicional especial.

Em apenquada síntese, é o que consta do referido projeto.

É o relatório.

Opino.

O projeto de lei em enfoque está redigido em termos claros, objetivos e concisos, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade dos padrões exigidos pela técnica legislativa, restando, pois, cumpridos os requisitos de admissibilidade. Apenas cabe ser asseverado que o termo "caput" é utilizado para identificar o conteúdo no artigo e não em incisos, como assim foi utilizado no presente projeto, porém, tal erro não interfere na admissibilidade do projeto.

No caso em comento, cabe ser asseverado a respeito da competência para a propositura do presente projeto de lei. A mesma se vislumbra no artigo 7.º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, que declara ser de competência do município "*legislar sobre assuntos de interesse local*", previsão esta também contida em nossa Carta Magna, em seu artigo 30. Desse modo, o Município mostra-se competente para a presente propositura.

Também insta ser asseverado que, compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre orçamentos públicos e suas emendas, conforme especifica a Lei Orgânica do Município, em seu capítulo IV.

Tais disciplinamentos, ainda, são alicerçados pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Cordeirópolis, que preceitua em seu artigo 132, ser de competência privativa do Prefeito a iniciativa dos projetos de Lei mencionados no artigo 49 e 154 da Lei Orgânica Municipal.

Data: 28/04/2015 Hora: 13:36:00
Remetente: Assessoria Jurídica da Câmara
Assunto: Parecer sobre o PL 12/025, que autoriza a abertura de crédito adicional especial
Protocolo Nº 0554/2015



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



O projeto de lei apresentado é fruto de iniciativa do Poder Executivo, como exige para o tema em questão a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis.

A CF, em seu art. 61, §§, incisos e alíneas, diferencia iniciativa privativa de iniciativa concorrente. A **iniciativa privativa (reservada ou exclusiva)** é a que compete a apenas um órgão, agente ou pessoa; é intransferível; é exceção. A CF, em seu art. 61, §1º, inciso II, dispõe sobre as matérias de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, reservadas de forma exclusiva ao Presidente da República, que são aplicadas também ao Prefeito Municipal, por simetria e exclusão.

Na esfera municipal, o processo legislativo pode ser entendido como um conjunto de procedimentos que deverão ser observados pelos Poderes Executivo e Legislativo com vistas à elaboração de atos jurídicos. A iniciativa em algumas matérias é de competência exclusiva do Poder Executivo, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

Dessa maneira, o desencadeamento do processo legislativo das leis que versam sobre a matéria tratada no projeto em análise é de *iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo*.

Sobre a matéria, importante asseverar que, conforme disciplina o artigo 155, VI, da LOMC, insta necessário para abertura de crédito adicional, como no presente caso, a devida autorização legislativa, bem como, a devida indicação dos recursos correspondentes, o que consta no projeto.

Desta feita, analisado o presente projeto, verifica-se que não há que se falar em ilegalidade ou inconstitucionalidade a respeito da proposição.

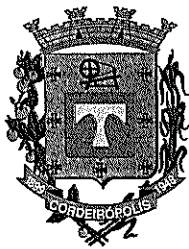
Ante o exposto, o Projeto de Lei está devidamente instruído, devendo ser analisado pelas Comissões pertinentes, para "*a posteriori*" ser enviado ao Plenário para discussão e votação, ressaltando que, para esta Secretaria Jurídica, o projeto apresenta-se devidamente correto no ponto de vista legal e constitucional.

S.M.J., esse é o nosso entendimento.

Cordeirópolis, 24 de abril de 2015.


Jorge Roberto V. Aguiar Filho

Assessor Jurídico Consultor da Câmara Municipal de Cordeirópolis



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



ORDEM DO DIA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA A SE REALIZAR EM 28 DE ABRIL DE 2015.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA (ART. 53 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO)

1 - Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 3, de 17 de abril de 2015, do Sr. Prefeito Municipal, que dispõe sobre a revogação da Lei Complementar nº 166, de 29 de abril de 2012, conforme especifica. Aprovação com 2/3 dos vereadores (inciso II do § 1º do art. 46 da Lei Orgânica do Município). Votação nominal (art. 236, parágrafo único, "c" do Regimento Interno) com o Presidente.

2 - Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 4, de 17 de abril de 2015, do Sr. Prefeito Municipal, que concede revisão geral anual aos servidores da administração direta e indireta do Município de Cordeirópolis. Inclusão na Ordem do Dia nos termos do art. 213 do Regimento Interno. Aprovação com maioria absoluta (inciso IV do § 2º do art. 46 da Lei Orgânica do Município). Votação nominal (art. 236, parágrafo único, "c" do Regimento Interno).

3 - Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 17 de abril de 2015, da Mesa Diretora, que concede revisão anual das remunerações dos funcionários da Câmara Municipal de Cordeirópolis. Inclusão na Ordem do Dia nos termos do art. 213 do Regimento Interno. Aprovação com maioria absoluta (inciso IV do § 2º do art. 46 da Lei Orgânica do Município). Votação nominal (art. 236, parágrafo único, "c" do Regimento Interno).

4 - Discussão e votação do Projeto de Lei nº 11, de 10 de abril de 2015, do Sr. Prefeito Municipal, que dá nova redação ao "caput" do inciso I do art. 8º da Lei Municipal nº 2853, de 20 de dezembro de 2012. Parecer da Assessoria Jurídica, de 17 de abril, favorável. Parecer nº 942/2015 do IBAM, favorável. Inclusão na Ordem do Dia nos termos do art. 213 do Regimento Interno. Aprovação com maioria simples (art. 78, § 4º do Regimento Interno). Votação simbólica (art. 235 do Regimento Interno).

5 - Discussão e votação do Projeto de Lei nº 12, de 14 de abril de 2015, do Sr. Prefeito Municipal, que autoriza a abertura de crédito adicional especial, para liberação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente às entidades Patrulha Mirim e APAE e ao Projeto Guri. Inclusão na Ordem do Dia nos termos do art. 213 do Regimento Interno. Aprovação com maioria simples (art. 78, § 4º do Regimento Interno). Votação simbólica (art. 235 do Regimento Interno).

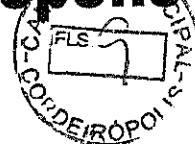
Câmara Municipal de Cordeirópolis, 27 de abril de 2015

David Bertanha
Presidente



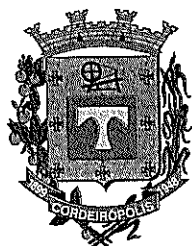
Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2015.

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e quinze reuniu-se a Câmara Municipal de Cordeirópolis, no Centro de Convivência do Idoso "Usvanda Pinto Tamazac", à Rua João Roveda, nº 639, no Jardim São Paulo, para a realização da décima terceira sessão ordinária, da terceira sessão legislativa, da décima sexta legislatura, sob a presidência do vereador David Bertanha, sendo secretários os vereadores José Geraldo Botion e Odair Peruchi. Realizada a verificação de presença, estavam em plenário os seguintes vereadores: Alceu da Silva Guimarães, David Bertanha, Fátima Marina Celin, Jonas Antonio Chaves, José Geraldo Botion, Liliane Aparecida Broeto Genezelli, Odair Peruchi, Rosivaldo Antonio Pina e Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira. Seguiu-se ao **Expediente**, onde foram apresentados os seguintes **requerimentos**: nº 98/2015, do vereador Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira, que requer informações sobre o verdadeiro motivo pelo qual, até este momento, ainda não iniciaram os trabalhos de recuperação da Rodovia Dr. Cassio de Freitas Levy (SPV-17). Em seguida, solicitaram a inscrição para a Explicação Pessoal os vereadores Sérgio Balthazar, Geraião Botion, Fátima Celin, Odair Peruchi, Rosivaldo Pina e Alceu Guimarães. Sérgio Balthazar disse entender que esse trabalho depende muito de uma relação entre os Executivos de Limeira e Cordeirópolis; falou que os vereadores estão fazendo sua parte, apontando os problemas e acompanhando a mobilização da população, mas é preciso que o Prefeito de Cordeirópolis "bata de frente" com o Prefeito de Limeira; afirmou que é necessário que a rodovia seja segura, tanto para os munícipes quanto para todas as pessoas que por ali passam; disse que as reivindicações constantes no requerimento são coisas que estão pedindo há muito tempo; falou que Cordeirópolis não pode ficar com o ônus, porque o ônus quem está recebendo é Limeira, para que o dinheiro do pedágio seja investido na rodovia; disse que não está contido no requerimento, mas que a proposta é que o dinheiro arrecado no pedágio seja repassado para Cordeirópolis proporcionalmente ao tamanho da rodovia; falou que aguardará a resposta para depois verificar qual será a ação a ser tomada enquanto membro da Câmara Municipal; disse que, em conversa com o vereador Alceu Guimarães, ficou sabendo que um novo acidente nessa rodovia; falou que a preocupação é com a vida das pessoas; falou que espera que esse requerimento sensibilize os Executivos de Limeira e Cordeirópolis para que possam tomar uma ação efetiva com relação à Rodovia Dr. Cassio de Freitas Levy; disse que, em relação à Rodovia Constante Peruchi, tem certeza que os buracos só foram tapados porque foram tiradas fotos e publicadas. **Requerimento nº 99/2015**, do vereador David Bertanha, que requer informações sobre qual o motivo que não estar sendo feita a poda das árvores no bairro do Cascalho. O autor da propositura disse que solicita a poda há três anos e que alguns caminhões altos não conseguem passar pela estrada. **Requerimento nº 100/2015**, do vereador Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira, que requer informações sobre a "Empresa de Transportes Santa Terezinha". **Requerimento nº 101/2015**, do vereador Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira, que apela à Câmara Municipal de Limeira para que solicite informações e ações do Prefeito daquela cidade sobre os verdadeiros motivos pelo qual ainda não iniciaram as obras de recuperação e duplicação da Rodovia Dr. Cassio de Freitas



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



Levy, que Cordeirópolis a Limeira. Em discussão, Sérgio Balthazar disse que a Câmara Municipal de Limeira não pode ser omissa e se isentar da responsabilidade de cobrar também o Prefeito de Limeira com relação à rodovia; lembrou que, na gestão passada, alguns vereadores de Limeira ficaram com medo porque achavam que a população ficaria irritada, porque estavam discutindo a divisão da arrecadação do pedágio; afirmou que eles devem ficar com medo se morrer mais uma pessoa na rodovia, perguntando o que a população irá fazer neste caso. Geraldo Botion disse que essa é uma história longa e que essa estrada deveria ter o domínio do município de Cordeirópolis; falou que, quando Prefeito, encaminhou um projeto de lei para a Câmara para a construção do pedágio em Cordeirópolis, mas foi derrotado; disse que, a partir do momento que Limeira assumiu a responsabilidade de arrecadar todos os valores cobrados no pedágio, assumiu também a responsabilidade de realizar todas as manutenções necessárias na estrada; afirmou que a responsabilidade desse processo é do Prefeito Municipal e da Câmara Municipal de Limeira; parabenizou o vereador Sérgio Balthazar pelo requerimento; disse que é necessário entrar nessa briga, pois é uma estrada muito importante para o Município. Rosivaldo Pina lembrou que o Prefeito de Limeira assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mas este não está sendo cumprido; disse que isso é "briga para peixe grande" e é necessário cobrar e solicitar informações. O Sr. Presidente disse que são vereadores eleitos pelo povo e que são "peixe grande"; que é preciso se reunirem e brigarem com o Prefeito Amarilão Antonio Zorzo, para que tome providências o mais rápido possível. Em votação simbólica, foi aprovado por unanimidade. **Requerimento nº 102/2015**, do vereador Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira, que requer informações ao Prefeito Municipal de Limeira sobre os valores repassados a Cordeirópolis, provenientes do pedágio da Rodovia "Dr. Cassio de Freitas Levy", bem como investimentos nos anos de 2014 e 2015 na mesma rodovia. Foram apresentadas as seguintes **indicações**: **nº 158/2015**, do vereador David Bertanha, solicitando colocação de uma placa de "Proibido Fumar", até mesmo do lado externo do Centro de Saúde Dalcy de Campos Toledo; **nº 159/2015**, do vereador David Bertanha, solicitando o conserto da porta de entrada da recepção do Centro de Saúde Dalcy de Campos Toledo, situado na Rua Toledo Barros; **nº 160/2015**, do vereador Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira, solicitando estudos, junto à Secretaria de Saúde, visando à criação de um Centro de Hemodiálise no município de Cordeirópolis; **nº 161/2015**, do vereador Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira, solicitando medidas para concessão de reajuste salarial aos funcionários públicos, que têm direito à revisão salarial anual, assegurada pela Constituição Federal; **nº 162/2015**, do vereador Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira, solicitando, o mais breve possível, medidas e estudos para transformar o antigo zoológico em uma área de uso do Município ou da comunidade. Como líder do PSDE, Odair Peruchi solicitou a palavra para ler um ofício que os Deputados Cauê Macris e Vanderlei Macris encaminharam ao Dr. Márcio França, Secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo sobre a reivindicação dos vereadores Geraldo Botion e Odair Peruchi para aquisição da área que está à venda, denominada Fazenda Terras de Santa Tereza, para a criação de um pólo logístico de distribuição ou um grande Centro de Feiras e Eventos. Continuou-se com a leitura da indicação; **nº 163/2015**, do vereador Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira, solicitando ao Prefeito de Limeira, estudo onde o município de Cordeirópolis tenha participação na arrecadação do pedágio da

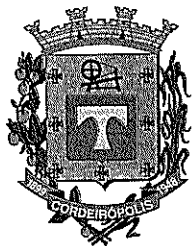


Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



Rodovia Dr. Cássio de Freitas Levy, bem como a isenção da tarifa aos veículos das duas cidades. O Sr. Presidente abriu a palavra, em que Sérgio Balthazar disse que, se soubesse que dos R\$ 2,40, que é o valor do pedágio, R\$ 1,20 viesse para os cofres de Cordeirópolis para a realização dos serviços que estão pedindo, pagaria com prazer, mas sabe que não é assim; falou que, se começarem a capinar as laterais da rodovia ou asfaltar os buracos, com certeza ocorrerá o aumento do valor do pedágio; afirmou que chegou a hora de Cordeirópolis pegar parte desse dinheiro e investir na rodovia e em outras necessidades do Município; disse que a indicação é uma provocação aos dois Executivos para que eles conversem sobre o assunto. Não foram apresentados **requerimentos verbais**. Foram apresentadas as seguintes **indicações verbais**: do vereador Odair Peruchi, que solicita melhor acessibilidade no cruzamento da Av. Ver. Wilson Diório com a Rua do Barro Preto, pois na esquina há uma guia acentuada e os veículos, principalmente caminhões grandes, não conseguem realizar a manobra. Sérgio Balthazar afirmou ter presenciado uma carreta que não conseguiu realizar a volta na rotatória e, para acessar a Rua do Barro Preto, ele entrou sentido contramão; solicitou que, juntamente com a indicação verbal do vereador Odair, que sejam realizados estudos para a retirada da rotatória ou implantação de algo diferente no local. Rosivaldo Pina afirmou que já realizou uma indicação sobre esse local; disse que o mesmo problema ocorre em frente à Campineira quando algum caminhão passa pelo pontilhão; solicitou a manutenção da iluminação na Avenida Anuré Franciscato. Fátima Celin reivindicou a construção de um acostamento na Estrada Municipal Carmelo Fior, para garantir a segurança das pessoas que utilizam o local; solicitou, enquanto membro da Comissão da Saúde, Educação e Assistência Social, a construção do Plano Decenal Municipal de Educação, através de um projeto de lei, até o mês de junho. Rosivaldo Pina solicitou também um redutor de velocidade ou um semáforo no final da Av. Presidente Vargas, próximo a Prefeitura Municipal, para maior segurança. O Sr. Presidente comunicou que não há **correspondências recebidas** e suspendeu a sessão, onde entregou um cartão ao vereador Sérgio Balthazar e à assessora Silvana Gonçalves Martins Baio por ocasião de seus aniversários. Reaberta a sessão, foi realizada a verificação de presença, e havendo número legal, foram recebidos os seguintes projetos: **Projeto de Lei nº 13/2015, de autoria da Mesa Diretora**, que concede revisão anual dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Presidentes Executivos das autarquias do Município de Cordeirópolis; **Projeto de Resolução nº 2/2015, de autoria da Mesa Diretora**, que concede revisão anual dos subsídios do Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Cordeirópolis; **Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2015**, do vereador Rosivaldo Antonio Pina, que concede a "Medalha João Pacífico" a atleta Beatriz Juliana Gomes Barros. Passou-se para a **Ordem do Dia**, em que estava previsto: **Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 3, de 17 de abril de 2015**, do Sr. Prefeito Municipal, que dispõe sobre a revogação da Lei Complementar nº 166, de 29 de abril de 2011, conforme especifica. Em discussão, Fátima Celin disse que o projeto está revogando a doação de uma área institucional, que foi desmembrada, para a Secretaria de Segurança Pública, para a instalação da unidade da Polícia Militar; falou que o projeto trata da revogação, mas não trata da finalidade, que seria a utilização dessa área; disse que existem reivindicações importantes no Município, como a construção da Vila Dignidade, do Centro Dia do Idoso, dentre outras, voltadas para a questão social e a proteção dos direitos das pessoas; falou



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



que não sabe o motivo pelo qual está sendo revogada a lei; disse que tem informações de que se tem reduzido muito os investimentos no Estação com relação aos projetos; falou que, como não consta a destinação, somente a revogação, espera que a área seja destinada a questão dos idosos. Em aparte, Odair Peruchi disse que, como se trata de uma área grande, é possível atender dois ou três segmentos; lembrou que há uma solicitação da Câmara Municipal para a doação de uma área para a ACORAC. Fátima Celin disse que, uma vez que há perspectiva da construção do que estava destinada e há outras necessidades, espera que haja um encaminhamento para essas necessidades. Alceu Guimarães disse que o problema é o não-cumprimento do prazo; falou que, quando votado o projeto, ele tinha um período para a execução de obras e, como não se completou o projeto, em virtude disso está sendo feita a revogação, mas que cabe a possibilidade da manutenção do projeto inicial. Geraldo Botion disse que essa área foi determinada, na aprovação do projeto, para a construção da sede de uma unidade da Polícia Militar; falou que isso seria muito importante, pois o Município paga o aluguel do prédio e outras despesas; disse que, se ocorreu a perda de prazo, isso não é um problema do Legislativo, mas do Executivo; falou que votará contra o projeto, porque não tem nada dizendo que será cancelado o processo de destinação para a sede da Polícia Militar, se será doado para a ACORAC ou para o entretenimento dos idosos, por exemplo; afirmou que o projeto deveria vir acompanhado de uma futura indicação; citou que, vizinha a essa área, existem 15.000 m² que está com muito lixo e entulhos; reafirmou que seu voto será contrário ao projeto, pois essa área está sendo devolvida ao Município sem uma pré-determinação oficial. Sérgio Balthazar disse que, olhando o projeto, não encontrou nenhuma justificativa; falou que, para votarem favorável ao projeto não custa nada, mas que também não custa para o Departamento Jurídico, ou para quem elabora os projetos na Prefeitura Municipal, a descrição do porque está sendo feito isso; sugeriu o adiamento da discussão do projeto e que sejam cobrados maiores esclarecimentos. Odair Peruchi disse que essa é uma alternativa viável. Fátima Celin disse concordar com o adiamento do projeto; que os setores interessados no terreno, para benefício dos idosos e para as entidades sociais, devem se mobilizar e procurar o Sr. Prefeito Municipal para informações sobre essa questão; disse que o Conselho Municipal do Idoso está procurando um terreno e foi informado que não há terreno público disponível para doação visando a construção do Centro Dia do Idoso. Odair Peruchi disse que o Município paga muitos aluguéis de algumas repartições e que poderia se pensar neste caso também. Rosivaldo Pina disse que são necessárias explicações, pois conforme o artigo 1º do projeto, o Sr. Prefeito está pedindo para desmembrar a área institucional do loteamento e pode ser que estejam pensando ceder para mais entidades do Município. O Sr. Presidente comunicou o **adiamento da discussão do projeto por 2 (duas) sessões**. Alceu Guimarães questionou se o adiamento está atrelado ao ofício que será enviado pela Câmara Municipal solicitando informações. O Sr. Presidente confirmou que elas serão solicitadas para a Prefeitura. Como líder do PT, Fátima solicitou a **suspensão da sessão por 15 (quinze) minutos**. Reaberta, seguiu-se com a **discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 4, de 17 de abril de 2015**, do Sr. Prefeito Municipal, que concede revisão geral anual aos servidores da administração direta e indireta do Município de Cordeirópolis. O Sr. Presidente comunicou que alguns vereadores solicitaram o **adiamento da discussão do projeto por 1 (uma) sessão**, para que possam se reunir com o Sr. Prefeito e pedirem um aumento maior. Com o



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"

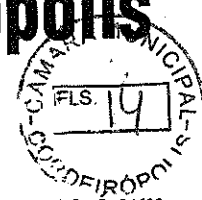


aprovação de todos os vereadores, a discussão do projeto foi adiada por 1 (uma) sessão. Alceu Guimarães questionou, com base no adiamento desse projeto, sobre o adiamento do Projeto de Lei Complementar nº 5/2015. O Sr. Presidente disse que a **discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 17 de abril de 2015**, da Mesa Diretora, que concede revisão anual das remunerações dos funcionários da Câmara Municipal de Cordeirópolis, também foi adiado por 1 (uma) sessão. **Discussão e votação do Projeto de Lei nº 11, de 10 de abril de 2015**, do Sr. Prefeito Municipal, que dá nova redação ao "caput" do inciso I do art. 8º da Lei Municipal nº 2853, de 20 de dezembro de 2012. Em discussão, nenhum vereador se manifestou. Em votação simbólica, foi aprovado por unanimidade. **Discussão e votação do Projeto de Lei nº 12, de 14 de abril de 2015**, do Sr. Prefeito Municipal, que autoriza a abertura de crédito adicional especial, para liberação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente às entidades Patrulha Mirim e APAE e ao Projeto Guri. Como líder do PT, Fátima solicitou a **suspensão da sessão por 15 (quinze) minutos** para que a Sra. Cássia de Moraes, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, se pronunciasse sobre o projeto, o que foi aceito. Reaberta a sessão, o Sr. Presidente colocou o projeto em discussão, onde nenhum vereador se manifestou. Em votação simbólica, foi aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente comunicou que será publicado no dia próximo dia 29, no Jornal Oficial do Município, no Diário Oficial do Estado e na "Gazeta de Limeira" o edital destinado à contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de elaboração de projetos de arquitetura, projetos executivos complementares e fiscalização para a reforma e melhorias do prédio da Câmara Municipal. Foi realizada nova verificação de presença, e havendo número legal, passou-se para a **Explicação Pessoal**, onde Sérgio Balthazar agradeceu o recebimento do cartão pelo seu aniversário, comemorado em 29 de abril, que é uma data muito importante, pois, no ano que vem, a Diocese de Limeira fará quarenta anos e a solicitação para se tornar Diocese foi realizada no dia 29 de abril de 1976. Fátima Celin lembrou que o dia 1º de Maio é o "Dia do Trabalhador" e hoje, 28 de abril, é o "Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes do Trabalho"; disse que, como escrito por um autor da revista de esquerda "Carta Maior", nunca teve tanto sentido o 1º de Maio como nesse ano, por conta do projeto de lei sobre a terceirização, que foi aprovado na Câmara dos Deputados e que vai para o Senado; lembrou que em 1886 em Chicago, nos Estados Unidos, dois trabalhadores morreram a tiros pela polícia na Praça da Assembléia, porque estavam em greve pela redução da jornada e por menores condições de trabalho, e que as demais lideranças foram presas e enforcadas na cadeia; afirmou que é por causa do sangue destes trabalhadores que hoje temos os direitos trabalhistas; disse que, infelizmente, o Congresso Nacional votou contra os direitos trabalhistas, para o retorno do trabalho escravo, dizendo esperar que o Senado reverta essa situação; falou que, os trabalhadores têm um motivo muito sério para estarem nas praças no dia 1º de Maio, principalmente nas capitais, para mostrarem que não aceitam esse tipo de ataque aos direitos dos trabalhadores; afirmou que, um ataque aos direitos dos trabalhadores é um ataque à Previdência Pública, porque é da contribuição dos trabalhadores da ativa que vêm os fundos da Previdência Social que paga os aposentados; disse que também é um ataque ao Fundo de Garantia, pois as terceirizadas não depositam os valores da contribuição da Previdência, descontados no holerite dos trabalhadores, e que dificilmente depositam os 8%



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



do Fundo de Garantia; falou que isso não é somente terceirizar a atividade-fim, mas é um desmonte do sistema das relações trabalhistas no Brasil e, também, da Previdência Pública; afirmou que, aos bancos privados, muito interessa que se tenha previdência privada; disse que é importante lembrarmos do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes de Trabalho; que em Cordeirópolis, há dez anos, a trabalhadora Sônia Cristina Geremia Gomes que morreu em um acidente na empresa, deixando dois filhos, além de outros trabalhadores que morrem vítimas de acidentes na cidade, no Brasil e no mundo; afirmou que é necessário haver segurança e respeito pelos trabalhadores, para que possam trabalhar e sustentar suas famílias, sem darem a vida pelo trabalho; perguntou se isso acontece tendo vínculo direto, como será se as atividades-fim forem terceirizadas; que é preciso se lembrar do sentido do 1º de Maio, que é a luta pela valorização e manutenção dos direitos dos trabalhadores; falou que é necessário acompanhar e saber quais são os deputados que votaram e quais serão os senadores que votarão contra os direitos dos trabalhadores. Alceu Guimarães disse que concorda com a fala da vereadora Fátima Celin referente à questão da lei da terceirização, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e está tramitando no Senado, portanto, ainda há esperanças de se reverter o quadro; falou que o autor do projeto de lei sobre a terceirização é o deputado Sanárc Mabel, do PMDB; que o projeto faz com que o funcionário público, por exemplo, perca seus direitos, conquistados ao longo de anos e anos de luta; afirmou que enviará uma carta ao representante no Senado, por quem trabalhou na última eleição, sobre o assunto; sugeriu que os trabalhadores do Município também encaminhem cartas aos deputados e senadores, de repúdio ao projeto de lei da terceirização; informou que o PPS está trabalhando na fusão com o PSB e, se concretizar, será a quarta maior bancada da Câmara dos Deputados e, com isso, estará trabalhando incansavelmente no sentido de levar ao conhecimento de seus representantes o que a população está necessitando. O Sr. Presidente comunicou que, como a discussão do projeto de lei complementar nº 4/2015 foi adiado, tentará agendar uma reunião com o Sr. Prefeito Municipal para o dia 4 de maio para defender os assuntos de todos os trabalhadores. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, sendo lavrada a ata nos termos do art. 123 do Regimento Interno.

David Bertanha
Presidente

José Geraldo Botion
1º Secretário

Odair Peruchi
2º Secretário



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



Ofício nº 150-A/2015 - CMC

Cordeirópolis, 29 de abril de 2015.

Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência o autógrafo nº 3207, proveniente da aprovação, na 13ª sessão ordinária, realizada no dia de ontem, do Projeto de Lei nº 12/2015, de sua autoria, que autoriza a abertura de crédito adicional especial, conforme especifica.

Sendo o que se apresenta, renovo na oportunidade os protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DAVID BERTANHA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS			
PROTOCOLO	Nº	1130/2015	
	DATA	06/05/2015	
TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS			
Requerimento	R\$		Guia nº
Certidão	R\$	1	Guia nº
Soma	R\$		Guia nº

A Sua Excelência o Senhor
AMARILDO ANTONIO ZCRZO
Prefeito Municipal
Praça Francisco Orlando Stocco, 35
CORDEIRÓPOLIS - SP



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



Autógrafo nº 3207

Autoriza a abertura de crédito adicional especial, conforme especifica.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por decreto um crédito adicional especial no valor de R\$ 237.296,33 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos), com a seguinte classificação:

Classificação				Valor
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	
03.03.00	3.3.90.39.00	08 243 0332 - 2073	96	237.296,33
Total.....				237.296,33

Art. 2º - O crédito especial especificado no artigo anterior destinar-se-á a repasse do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordeirópolis.

Parágrafo Único - A liberação dos créditos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são liberados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante aprovação de projeto específico.

Art. 3º - O crédito adicional especial de que se trata o artigo 1º será coberto com recurso proveniente de anulação total da seguinte dotação:

Classificação				Valor
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	
03.03.00	4.4.90.52.00	08 243 0332 - 2073	96	237.296,33
Total.....				237.296,33

Art. 4º - Fica incluído no PPA 2014/2017 aprovado pela Lei Municipal nº 2.902, de 16 de julho de 2013 e na LDO aprovada pela Lei Municipal nº 2.951, de 28 de julho de 2014, e, na LOA 2014, aprovada pela Lei nº 2.969, de 09 de dezembro de 2014, a despesa autorizada pela presente Lei.

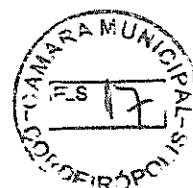
Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 29 de abril de 2015.


David Bertanha
Presidente


José Geraldo Botion
1º Secretário


Odair Peruchi
2º Secretário



Lei nº 2.975
de 07 de maio de 2015.

Autoriza a abertura de crédito adicional especial, conforme especifica.

Amarildo Antonio Zorzo – Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º - Fica o **Poder Executivo** autorizado a abrir por decreto um crédito adicional especial no valor de R\$ 237.296,33 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos), com a seguinte classificação:

Classificação				Valor
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	
03.03.00	3.3.90.39.00	08 243 0332 - 2073	96	237.296,33
Total.....				237.296,33

Art. 2º - O crédito especial especificado no artigo anterior, destinar-se-á repasse do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordeirópolis.

Parágrafo Único - A liberação dos créditos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são liberados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante aprovação de projeto específico.

Art. 3º – O crédito adicional especial de que se trata o artigo 1º será coberto com recurso proveniente de anulação total da seguinte dotação:

Classificação				Valor
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	
03.03.00	4.4.90.52.00	08 243 0332 - 2073	96	237.296,33
Total.....				237.296,33

ATOS OFICIAIS DO PODER Executivo

Lei nº 2.975 de 07 de maio de 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional especial, conforme especifica.

Amarildo Antonio Zorzo – Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por decreto um crédito adicional especial no valor de R\$ 237.296,33 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos), com a seguinte classificação:

Classificação				Valor
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	
03.03.00	3.3.90.39.00	08.243.0332 - 2075	96	237.296,33
Total				237.296,33

Art. 2º – O crédito especial especificado no artigo anterior, destinar-se-á repasse do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordeirópolis.

Parágrafo Único – A liberação dos créditos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são liberados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante aprovação de projeto específico.

Art. 3º – O crédito adicional especial de que se trata o artigo 1º será coberto com recurso proveniente de anulação total da seguinte dotação:

Classificação				Valor
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	
03.03.00	4.4.90.52.00	08.243.0332 - 2075	96	237.296,33
Total				237.296,33

Art. 4º – Fica incluído no PPA 2014/2017 aprovada pela Lei Municipal nº 2.902, de 16 de julho de 2013 e na LDO aprovada pela Lei Municipal nº 2.951 de 28 de junho de 2014, e, na LOA 2014, aprovada pela Lei nº 2.969, de 09 de dezembro de 2014, a despesa autorizada pela presente Lei.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 07 de maio de 2015, 17º do Distrito e 68 do Município.

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Registrada e arquivada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria da Administração - Paço Municipal "ANTÔNIO THIRION", em 07 de maio de 2015.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe
Secretaria Municipal de Administração

Lei nº 2.976 de 07 de maio de 2015

Da nova redação do "caput" do inciso I do artigo 8º da Lei Municipal nº 2.853, de 20 de dezembro de 2012, conforme especifica.

O Prefeito de Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – O "caput" do inciso I, do artigo 8º da Lei Municipal nº 2.853 de 20 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º -

I - aproveitamento superior ou igual a 50% em prova formal escrita, para avaliação de competências e conhecimentos acerca da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas aplicações práticas;

II -
a) -
III -
§ 1º -
§ 2º -
§ 3º -"



Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 07 de maio de 2015, 17º do Distrito e 68 do Município.

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Registrada e arquivada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria da Administração - Paço Municipal "ANTÔNIO THIRION", em 07 de maio de 2015.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe
Secretaria Municipal de Administração

Decreto nº 4.855 de 22 de abril de 2015

Dispõe sobre prazo de validade das "Certidões" expedidas nas unidades da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento e via "Internet", conforme especifica.

Amarildo Antonio Zorzo – Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que lhe faculta o art. 81, em especial o inciso XXV, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis – LOMC, e,

Considerando o disposto no Processo Administrativo nº 1056/2015, datado de 18.04.2015.

D e c r e t a

Art. 1º – O prazo de validade das "certidões", expedidas nas Unidades da Secretaria Municipal de Finanças Orçamento e via Internet, que trata este Decreto, é de 30 (trinta) dias contados da data de sua emissão, observando o disposto nos §§ 1º e 2º, deste artigo.

§ 1º – A "Certidão Negativa de Tributos e Outros Débitos Municipais" tem prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua emissão.

§ 2º – A "certidão Positiva com efeitos de Negativa", referida a débitos que sejam objeto de discussão Judicial será expedida com prazo de validade a ser fixado pela Procuradoria Fiscal do Município, de no mínimo 30 (trinta) dias.



O JORNAL OFICIAL do Município de Cordeirópolis - SP

EXPEDIENTE

www.jornaloficial.cordeirópolis.sp.gov.br

Produzido por: Assessoria de Imprensa de Cordeirópolis
Jornalista Responsável: Henry Villela MTB 32.525
Diagramação: Sócrates Bolorino
Impressão: Jornal Cidade de Rio Claro
Composição: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, Autarquias Municipais, Entidades Assistenciais
Tiragem: 1000 exemplares | **Custo desta Edição:** R\$ 461,00
O jornal oficial do município é o órgão de divulgação oficial da administração municipal instituído pela Lei 2274 de 11 de Agosto de 2005, com suas posteriores alterações.
Paço Municipal Antônio Thirion - Praça Francisco Gilvane Strecko, 35 - Centro - CEP 13490-000 - Cordeirópolis - SP
www.cordeirópolis.sp.gov.br

O JORNAL OFICIAL do Município de Cordeirópolis - SP

INFORMA:

O conteúdo das publicações do Jornal Oficial de Cordeirópolis
É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DAS
SECRETARIAS, AUTARQUIAS E DO LEGISLATIVO.

Cada órgão envia os documentos correspondentes prontos para a publicação.
Cabe ao Jornal Oficial apenas diagramar e organizar os documentos.

emailjornaloficial@cordeirópolis.sp.gov.br